

economia

Taxa de desocupação cai para 8,1% no Brasil

Na Região Sul, índice de desempregados ficou em 5,2% no trimestre encerrado em novembro, segundo estudo do IBGE

/ CONJUNTURA

A taxa de desocupação no Brasil foi de 8,1% no trimestre encerrado em novembro, queda de 0,9 ponto percentual (p.p.) frente aos três meses anteriores (8,9%), menor número desde o trimestre até abril de 2015. O número de desempregados caiu para 8,7 milhões, o menor contingente desde o trimestre terminado em junho de 2015. São 953 mil pessoas a menos em busca de emprego no País (-9,8%). Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, divulgada nesta quinta-feira pelo IBGE.

A taxa de desocupação vem caindo de forma significativa há seis trimestres móveis consecutivos no Brasil. A coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy, explica que a retração no trimestre encerrado em novembro é explicada pelo aumento de 0,7% na ocupação no período, que novamente atingiu o maior nível da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Esse percentual equivale a um acréscimo de 680 mil pessoas no mercado de trabalho.

As quedas sucessivas na taxa de desocupação também foram um reflexo do aumento no número de ocupados, em um movimento de recuperação do mercado de trabalho observado desde 2021. “A partir desse momento, houve essa expansão da população ocupada, primeiramente dos trabalhadores informais e, depois, do emprego com carteira

assinada nos mais diversos segmentos de atividades, como comércio e indústria. Mais recentemente, também houve aumento nos serviços, que exercem um papel importante na recuperação da população ocupada no País”, destaca Adriana.

O principal impacto para o aumento da ocupação no trimestre encerrado em novembro veio da categoria de empregados com carteira assinada no setor privado, que ampliou o seu contingente em 2,3% (ou 817 mil pessoas a mais).

Já o número de empregados sem carteira no setor privado ficou estável frente ao trimestre anterior. O contingente representava, no trimestre até novembro, 13,3 milhões de pessoas. Quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, houve aumento de 9,3% (ou 1,1 milhão de pessoas).

Outra categoria representativa dentro do mercado de trabalho informal é a dos empregadores sem CNPJ, que ficaram estáveis frente ao trimestre anterior e ao mesmo período de 2021. Já o número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ caiu 2,9% frente ao trimestre anterior (menos 563 mil pessoas) e 4,1% em relação ao trimestre terminado em novembro de 2021 (menos 796 mil).

A população fora da força de trabalho cresceu 1% no trimestre, o que representa 660 mil pessoas a mais. Já entre os que formam a força de trabalho potencial, houve uma redução de 454 mil pessoas (-5,8%). Essa categoria reúne aqueles que não esta-



Maior impacto no período veio das contratações feitas pelo setor privado, que ampliou contingente em 2,3%

vam ocupados nem procuravam uma vaga no mercado, mas tinham potencial para se transformarem em força de trabalho. No mesmo período, os desalentados foram estimados em 4,1 milhões. Houve redução de 4,8% frente ao último trimestre (ou menos 203 mil pessoas).

O rendimento médio real foi estimado em R\$ 2.787, um aumento de 3,0% em relação ao trimestre encerrado em agosto. Quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, o crescimento foi de 7,1%.

A massa de rendimento também cresceu nas duas comparações e chegou a R\$ 273 bilhões, novamente atingindo um recorde na série histórica da pesquisa. Frente ao trimestre anterior, o aumento foi de 3,8%, ou mais R\$10,1 bilhões.

No recorte por regiões, a taxa de desocupação na Região Sul no trimestre encerrado em novembro ficou em 5,2%, -2,3p.p. em relação ao mesmo período de 2021 e -0,4 p.p. em relação ao trimestre anterior.

A população em idade de tra-

balhar na Região Sul é estimada em 24.966 mil pessoas, uma alta de 157 mil pessoas (0,6% em relação ao mesmo período do ano anterior). A PNAD mostra que, em relação ao trimestre anterior, não houve variação estatisticamente significativa. Já a população ocupada é de 15.761 mil pessoas, o que representa mais 881 mil pessoas trabalhando (5,9% em relação ao mesmo período de 2021). Com relação ao trimestre anterior, houve crescimento de 232 mil pessoas, ou seja, variação de 1,5%.

Presidente manterá autonomia do BC, diz Padilha

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do governo federal, minimizou as críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à autonomia do Banco Central (BC). Em uma série de postagens no Twitter, nesta quinta-feira, Padilha enfatizou que “não há nenhuma predisposição por parte do governo de fazer qualquer mudança na relação com o Banco Central”. “Como disse o presidente Lula, na sua experiência de governo, deu plena autonomia ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O presidente não vai mudar de postura agora, ainda mais com uma lei que estabelece regras nesse sentido”, reforçou.

Na quarta-feira, durante entrevista, Lula disse que a autonomia do BC prevista em lei é “uma bobagem”. Ele também criticou a política de juros e controle da inflação.

“A minha divergência é o seguinte, nesse país se brigou muito para ter um Banco Central independente achando que ia melhorar o quê? Sabe, eu posso te dizer com a minha experiência, é uma bobagem achar que um presidente do Banco Central independente vai fazer mais do que fez o Banco Central quando o presidente [da República] é quem indicava. Eu duvido que esse presidente do Banco Central [Roberto Campos Neto] seja mais independente do

que foi o [Henrique] Meirelles. Duvido. Por que, com o banco independente, a inflação está do jeito que está? O juros está do jeito que está?”, questionou.

Lula defendeu que a meta de inflação deveria ser superior à atual, que, segundo ele, acaba forçando um arrocho maior na economia. “O que nós precisamos nesse instante é o seguinte, a economia brasileira precisa voltar a crescer, e nós precisamos fazer distribuição de renda, nós precisamos fazer mais política social”.

A autonomia do Banco Central entrou em vigor em fevereiro de 2021, após ser aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo governo.

Prazo para abertura de empresas em Porto Alegre tem queda histórica

/ EMPREENDEDORISMO

Em um período de seis meses, Porto Alegre teve queda histórica no tempo de abertura de empresas. Em junho de 2022, o empreendedor esperava, em média, 24 horas. Em dezembro, reduziu para 15 horas: oito para viabilidade e sete para registro. É o menor tempo já registrado da Capital, de acordo com o painel Empresas e Negócios, do governo federal.

A implementação da automação da consulta de viabilidade em novembro de 2022 foi um dos principais responsáveis pelo resultado. Antes, para obter a análise do en-

dereço onde pretendia abrir o empreendimento e conferir a disponibilidade, o empresário aguardava, em média, 14 horas, já que a pesquisa era praticamente manual. O trabalho integrado entre a Sala do Empreendedor, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Turismo, Junta Comercial do Estado, Procempa e Sebrae, através do Cidade Empreendedora, acelerou processos. A média na Região Sul está em 21 horas, enquanto no Rio Grande do Sul é de 20 horas. A prefeitura de Porto Alegre comemora o feito, visto que, em janeiro de 2021, o tempo médio de abertura era de 14 dias.